



CEE
Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 229, de 10 de dezembro de 2013

Renovação de Credenciamento por meio de Avaliação Institucional Externa, da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), mantida pela Prefeitura Municipal de Palhoça, com sede no Município de Palhoça, neste Estado.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 10 de dezembro de 2013, pelo Parecer nº 364,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por meio de Avaliação Institucional Externa, da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), mantida pela Prefeitura Municipal de Palhoça, com sede no Município de Palhoça, neste Estado, pelo prazo de **04 (quatro) anos**, contados a partir de 22 de dezembro de 2013, data em que cessam os efeitos do Parecer CEE/SC nº 257/2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2013.

Maurício Fernandes Pereira
Presidente do Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 019

Autorização para o funcionamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, MBA em Gestão Pública, oferecido pela Faculdade Municipal de Palhoça, mantida pela Prefeitura Municipal de Palhoça, com sede no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 10 de maio de 2011, pelo Parecer nº 061,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica Autorizada a oferta de 01 (uma) entrada de 40 (quarenta) vagas do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, MBA em Gestão Pública, oferecido pela Faculdade Municipal de Palhoça, mantida pela Prefeitura Municipal de Palhoça, com sede no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, pelo prazo do Credenciamento da Instituição.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de maio de 2011

MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA
Presidente do Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

- PROCEDÊNCIA** - Prefeitura Municipal de Palhoça (PMP) – **PALHOÇA/SC.**
- OBJETO** - Autorização para oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, *MBA em Gestão Pública*, oferecido pela Faculdade Municipal de Palhoça/SC.
- PROCESSO** - **SED 00002550/2011**

PARECER N° 061
APROVADO EM 10/05/2011

I – HISTÓRICO

A Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), mantida pela Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, por sua representante legal Prof^a Mariáh Teresenhia Nascimento Pereira, encaminha processo de Autorização para a oferta de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, MBA em Gestão Pública.

Ao encaminhar processo de autorização específico para a oferta de Cursos de Educação Superior a Instituição atende a determinação contida na Resolução 107/2007/CEE/SC.

II – ANÁLISE

Da instrução do Processo depreende-se que o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública, apresenta as seguintes características e enquadramento legal:

1. A Instituição informa que o curso de Pós-Graduação *lato sensu* MBA em Gestão Pública será ofertado na Rua João Pereira dos Santos, 305, Bairro Ponte do Imaruim, na cidade de Palhoça, SC.

2. O corpo docente proposto para o Curso se compõe de 4 (quatro) doutores e 7 (sete) mestres, atendendo ao percentual de 70% (setenta por cento) de profissionais com titulação de doutores ou mestres (Art. 59/Res.107/2007).

3. A duração proposta para o Curso é de 420 (quatrocentos e vinte) horas (Art.60/Res.107/2007).

4. O Curso é presencial, com oferta de 20% (vinte por cento) na Modalidade em Educação a Distância, no total de 360 (trezentos e sessenta) aulas presenciais.

5. A proposta de avaliação coerente com a escala conceitual para a área de saber e exigência de frequência mínima de 75% (Art.62/Res.107/2007).

6. Perfil da clientela se configura como sendo de **participantes que possuam curso superior completo e licenciatura em diferentes área.**

7. O título a ser conferido se denominará: “Especialista MBA em Gestão Pública”.

A Configuração da Matriz Curricular disciplinas, ementas e bibliografia são coerentes, com destaque para a matriz curricular:

Modulo	Carga Horária
Município, Estado, Governo e Mercado	30
Modelos de Gestão Pública	30
Administração de materiais, patrimônio e logística na Administração Pública	30
Gestão de Pessoas e as Funções gerenciais na Administração Pública	30
Comportamento organizacional na administração Pública	30
Problemas contemporâneos na Gestão Pública	30
Empreendedorismo e captação de recursos na Administração Pública	30
Elaboração de projetos e políticas públicas	30
Planejamento orçamentário e financeiro no setor público	30
Aprendizagem, cultura e mudança organizacional	15
Conduta ética e responsabilidade social	30
Metodologia científica	15
Total de aulas	360 h/a
Orientação de Monografia	60
TOTAL DE HORA-AULA	420 h/a

SELEÇÃO DE INGRESSO

A proposta encaminhada pela Instituição informa que o processo seletivo será a partir da análise curricular, por banca especializada da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), nos casos de compatibilidade com o número de vagas e, com a finalidade de fazer cumprir os critérios de formação. Nos casos em que ultrapassar a relação candidatos 1/1, o critério será mediante análise curricular e prova discursiva.

A proposição informada encontra óbice no art. 37, caput da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, por se tratar de Instituição Pública Indireta vinculada ao Município de Palhoça. Desta forma a Instituição deverá primar pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O processo de seleção de ingresso para a pós graduação, portanto, deverá ser revisto, de tal forma que critérios objetivos sejam estabelecidos, no mínimo, para garantir a transparência e impessoalidade durante e após o processo seletivo.



FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA-FMP

Rua João Pereira dos Santos, nº 305 – Bairro Ponte de Imaruim, Palhoça/SC
Telefone: (48) 33410616

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA CONSELHO DA FACULDADE/CONFAP

RESOLUÇÃO CONFAP 010/2011

Aprova a criação do Núcleo de Pós Graduação da Faculdade Municipal de Palhoça – FMP e cursos *lato sensu*.

A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONFAP – DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA - FMP, no uso de suas atribuições, a partir das deliberações em Sessão Plenária dos dias 15 e 18 de março de 2011 e com fundamento no Parecer nº 257/2010 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, o qual confere autonomia Institucional no tocante aos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu*,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Núcleo de Pós Graduação da Faculdade Municipal de Palhoça – FMP, que será norteador por Regimento Próprio.

Art. 2º- Serão ofertados os seguintes cursos de Pós Graduação *lato sensu* de acordo com os respectivos projetos pedagógicos aprovados pelo Conselho Universitário -CONFAP:

- I. Alfabetização e Letramento.
- II. Didática.
- III. Docência na Educação Infantil.
- IV. Gestão e Docência na Educação Integral.
- V. Gestão Escolar.
- VI. MBA- *Master in Business Administration* em Gestão Empresarial.
- VII. MBA- *Master in Business Administration* em Gestão Pública.
- VIII. MBA- *Master in Business Administration* Gestão de Pessoas.
- IX. Psicopedagogia.
- X. Responsabilidade Social, Gestão de Projetos.

Art. 3º- A oferta dos cursos ocorrerá de acordo com a demanda e interesse da Instituição e de sua mantenedora, de acordo com cada projeto pedagógico previamente aprovado.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça/SC, 20 de março de 2011.



Profa. Msc. Maria Terezinha Nascimento Pereira
Diretora Executiva

PROJETO PEDAGÓGICO – LATO SENSU

Pós-Graduação MBA- *Master in Business Administration* em Gestão Pública.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Mantenedora

Prefeitura Municipal de Palhoça/SC

1.2 Mantida

Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Diretora Executiva: Msc. Mariah Terezinha Nascimento Pereira

1.3 Histórico

A Faculdade Municipal de Palhoça é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, mantida pela Prefeitura de Palhoça. Foi criada por Lei Municipal Nº 2.182, de 25 de outubro de 2005 e inaugurada em 20 de abril de 2006.

Surgiu a partir da consciência e responsabilidade social da administração 2005/2012 e, por isso destina 80% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas de ensino médio residentes no município, equalizando as oportunidades de ingresso ao ensino superior. Os demais 20% estão disponíveis a qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro, que desejam uma oportunidade no ensino superior.

A instituição desenvolve seus projetos focados nas necessidades e vocação do município. Possui uma estrutura administrativa enxuta, respeitando o orçamento anual destinado por sua mantenedora, a prefeitura local.

Desde 2006, a Faculdade Municipal de Palhoça mobilizou a vida econômica do município e hoje é indiscutível o seu papel no desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade. A economia do município de Palhoça está atrelada à qualidade do ensino da FMP e a qualidade do ensino é assegurada por meio de um corpo docente capacitado em nível de mestrado e doutorado e comprometida com o crescimento do ser humano como um todo.

1.4 Área do Conhecimento

Grande área: Administração

Área específica: Gestão Pública

1.5 Núcleo do Curso

Núcleo de Pós-graduação da FMP

1.6 Local

Faculdade Municipal de Palhoça - FMP

Endereço: Rua João Pereira dos Santos, nº 305 – Bairro Ponte de Imaruim, Palhoça/SC - Telefone: (48) 33410616

1.7 Carga Horária

360 horas aulas presenciais, com 20% em EaD.

60 horas Trabalho de Conclusão de Curso- Artigo Final

Total:420 horas

1.8 Periodicidade

As aulas serão ministradas conforme EDITAL correspondente.

1.9 Vagas

50

1.10 Modalidade

Ensino presencial, com atividades à distância com assistência docente.

1.11 Habilitação

Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em **GESTÃO PÚBLICA**

1.12 Recursos didáticos

Sala de aula com lousa digital, quadro branco e outros recursos didáticos.

1.13 Coordenação do Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Municipal de Palhoça

Prof. MSC. Jackson Alexsandro Peres

1.14 Coordenação da Pós-graduação em Gestão Pública:

Prof. MSc. Fernanda de Matos Sanchez

2. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Gestão Pública no Brasil vem sofrendo profundas transformações, principalmente no que tange ao papel dos Estados e Municípios. Mudanças bruscas na política educacional influenciam de modo sistemático os sistemas municipais; logo, pressupõe-se que haja necessidade de um processo contínuo de reorganização da estrutura educacional.

Dentre estas mudanças ganha destaque o processo de municipalização que vem ocorrendo em diversos setores da administração pública.

Ao dar mais voz aos municípios o próprio estado está reconhecendo a necessidade de implementação de ações locais que visam atender o anseio da sociedade de maneira mais rápida e eficaz.

Este é um ponto importante a ser considerado pelos gestores e participantes de órgãos públicos repensaram no seu modo de gerenciamento. Em resumo, quanto maior for o impacto das mudanças ocasionadas, sobretudo, pelo aumento da demanda e mais escassos forem os recursos, maior capacidade de eficiência, eficácia e efetividade da administração será exigida da Gestão Pública. Vale lembrar que a Gestão Pública deve estar focada em resultados e norteadas para o cidadão.

Em outras palavras, a Gestão Pública é uma área de estudo que se preocupa com o futuro direcionamento dos projetos que envolvem o país e com a aplicação dos métodos contemporâneos da administração. Sendo assim, o estudo da referida área propicia aos gestores públicos a repensar nos modelos de gestão de forma criativa.

Diante desse cenário, o curso de **Especialização em Gestão Pública**, nesta Instituição de Ensino Superior (IES), foi criado para atender uma demanda da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC, objetivando a atualização, o desenvolvimento e a qualificação dos seus profissionais, podendo ser ampliado de acordo com as necessidades da estrutura legislativa do município.

É fundamental aos gestores públicos, bem como seus participantes, em atividade ou em fase final de formação acadêmica, independentemente da esfera em que atuam ou venham a atuar futuramente, conhecer a multiplicidade de conceitos e práticas que possam possibilitar a orientação profissional.

O propósito é fazer com que os agentes públicos possam lidar com questões complexas, estratégicas e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis aos desafios emergentes do sistema público atual. Além disso, almeja-se instrumentalizá-los para as diversas áreas do conhecimento oriundas da administração pública, tornando a multidisciplinaridade uma nova possibilidade de atuação, formando-se um corpo comunicante de conhecimentos na área pública.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Fornecer aos gestores e participantes dos órgãos públicos do Município da Palhoça/SC, conhecimentos teóricos e práticos acerca da gestão pública e seus novos modelos, com o intuito de formar profissionais qualificados e atualizados para administrarem as organizações públicas.

3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a gestão pública e os seus respectivos paradigmas;
- Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre a perspectiva da nova gestão pública;
- Estimular o auto-aprendizado, a autonomia e a consciência crítica sobre a temática com a finalidade de explorar a teoria e a prática;
- Preparar e qualificar os gestores e participantes para administrar com eficiência e eficácia as organizações públicas em que atuam;
- Motivar para a constante aprendizagem.

4. PÚBLICO-ALVO

O presente curso de pós-graduação foi desenvolvido para atender a necessidade de profissionais da área pública, ocupantes de cargos de gestão na esfera pública municipal, bem como seus participantes que possuam curso superior completo ou em fase de finalização a título de graduação e licenciatura em diferentes áreas.

4.1 Critérios de Seleção

A inserção dos candidatos na pós-graduação se dará conforme o **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO-FMP**.

5. HABILIDADES ADQUIRIDAS

Pretende-se especializar os profissionais da área pública com conhecimentos e habilidades que possam complementar seus conhecimentos técnicos por meio das disciplinas oferecidas no curso em questão.

Considerando as perspectivas e os pressupostos do serviço público, espera-se que o especialista em Gestão Pública desenvolva as seguintes competências:

- a. Auto-aprendizado, autonomia e liderança;
- b. Aprendizagem social por meio de métodos de comunicação;
- c. Desejo e capacidade de resolver problemas e identificar oportunidades de melhoria;
- d. Capacidade técnica e teórica sobre a Gestão Pública;
- e. Métodos de eficiência, eficácia e efetividade;
- f. Visão sistêmica e estratégica do setor público;
- g. Trabalhar como um agente de mudanças.

6. ESTRUTURA DO CURSO

6.1 Matriz Curricular

A estrutura da matriz curricular da Pós-Graduação em GESTÃO PÚBLICA será segmentada em 10 unidades curriculares de 36 horas, conforme **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO-FMP**, perfazendo um total de 360 horas, de acordo com a Resolução CNE-CES_01-2007 do Conselho Nacional de Educação, mais 60 horas destinadas ao Trabalho de Conclusão do Curso.

6.2 Coordenação do Curso

Nome: Profa. MSc. Fernanda Sanchez

6.3 Relação de unidades curriculares e ementas

	Disciplina	CH	Ementas
1.	Estado, Governo e Mercado: Interfaces	36	Conceitos básicos. Formação do Estado. Funções e papéis do Município, Estado e União. Relações entre Governo e Mercado. Serviços públicos. Regulação. Estrutura governamental. Atores Públicos. Concepções teóricas sobre as relações entre Estado, Governo e Mercado nas modernas sociedades capitalistas, com foco na Municipalidade.
2.	Modelos de Gestão Pública	36	Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. O novo modelo de Gestão Pública. Áreas de Aplicação de Modelos de Gestão Pública. As características das políticas públicas e o processo de definição, negociação, implementação e avaliação dos elementos estruturantes da análise das políticas públicas. Formação da Agenda Pública. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos.
3.	A municipalização: gestão local.	36	Reforma Estatal. O Município. Unidade Político-Administrativa. Descentralização do Poder. Desconcentração do Poder. Municipalização. Municipalização da Saúde Pública. Municipalização da Segurança e da Gestão do Trânsito. Municipalização da Educação. Efeitos da Municipalização. Impactos econômicos.
4.	Gestão Pública e Sustentabilidade.	36	Sustentabilidade. Dimensões da Sustentabilidade. Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental. Sustentabilidade Social. O desafio da sustentabilidade na gestão pública. Modelos de Gestão Pública Socioambiental.
5.	Planejamento orçamentário e	36	Enquadramento da Administração e políticas públicas na sua dimensão financeira e orçamentária. A atividade financeira pública,

	financeiro no setor público.		seu enquadramento e relacionamento com outras atividades públicas. Estrutura da Administração Pública financeira – setores, subsetores e instituições financeiras. Etapas do orçamento público. Orçamento como Instrumento de Gestão nas Organizações do Setor Público. Controle de Gastos Públicos.
6.	Gestão estratégica no setor público e problemas contemporâneos na gestão pública.	36	Gestão Estratégica na Administração Pública - Alinhamento estratégico. Conceitos, críticas e evolução do Planejamento Estratégico. Planejamento Situacional. Planejamento Estratégico. Componentes do Planejamento Estratégico. Identificando oportunidades no setor público. Gestão pública contemporânea. Principais desafios que se colocam às políticas públicas.
7.	Licitações e Contratos Públicos	36	Diretrizes e instrumentos que regem a administração de materiais, patrimônio e serviços. O processo licitatório na administração pública. Lei 8.666/93; Lei Complementar 123/06 e alterações; Lei 15.608/07, Lei 10.520/02- Pregão. Lei de Responsabilidade Fiscal. Contratos Públicos desempenho.
8.	Gestão por competência no Setor Público.	36	O desafio da gestão de recursos humanos no setor Público. Políticas e estratégias para gestão por competências. Competência multifuncional e interdisciplinar. Gestão de desempenho. O perfil do gestor público. Formação de equipes de gestão. Evolução da função gerencial. Anti Nepotismo. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. O papel social do gestor público.
9.	Empreendedorismo e captação de recursos na administração pública.	36	Empreendedorismo no setor público. Perfil do gestor público empreendedor. Empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Planejamento e estratégia para captação de recursos. BNDES. Agentes financeiros internacionais. ONU. PNUD. Banco Mundial. Terceiro Setor. Parceira Público Privada.
10.	Elaboração de projetos e políticas públicas.	36	Estudo das políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos políticos. Elementos constitutivos da estrutura e do gerenciamento de projetos. Metodologia de gerenciamento de projetos do PMI (Project Management Institute consolidada no PMBoK - Project Management Body of Knowledge). Técnicas e conceitos de avaliação de projetos no setor público. Avaliação da qualidade intrínseca de projetos. Estrutura de financiamento e aporte de recursos de distintas fontes. Consistência econômico-financeira e estrutura de gastos. Retorno de investimento e valor público gerado. Avaliação de riscos e do impacto de projetos. Oficina de Projetos.
	TCC / Artigo	60	Etapas do processo de pesquisa; revisão de literatura; definição de problema de pesquisa; elaboração de objetivos de pesquisa; pesquisa experimental; correlacional; documental; técnicas e métodos de coleta de dados; noções de análise de dados; redação de trabalho de conclusão de curso.
	Total	420	

7. ATRIBUIÇÕES DO PÓS-GRADUANDO E DO PROFESSOR ORIENTADOR DE TCC

7.1 São atribuições do professor orientador de TCC- Artigo Final:

- Auxiliar na definição e na elaboração do tema de estudo do trabalho final do curso;

- b. Manter contato permanente com o pós-graduando orientado enquanto este estiver matriculado no curso, fazendo cumprir o prazo para a conclusão do curso;
- c. Examinar, orientar, emitir pareceres sobre o TCC;
- d. Auxiliar o pós-graduando na definição das teorias guia para o trabalho final.

7.2 São atribuições do pós-graduando:

- a. Desenvolver as disciplinas dos módulos propostos pelo Curso de Pós -Graduação Especialização em Gestão Pública;
- b. Obter conceito igual ou superior a "C" em todas as disciplinas cursadas e no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- c. Escolher uma área de estudo para o Artigo Final, que esteja em consonância com os objetivos do Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública;
- d. Estabelecer os contatos necessários com o professor orientador para a definição do tema e problema do Artigo, e para a orientação quanto à elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.

8. CRONOGRAMA ACADÊMICO

Este cronograma está sujeito a modificações:

- **INÍCIO:** Fevereiro de 2015
- **CONCLUSÃO:** Julho de 2016: conclusão das disciplinas.
Novembro de 2016: prazo máximo para entrega do TCC na Secretaria Acadêmica.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação obedecerá ao **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO DA FMP**, como segue:

Será considerado aprovado **em frequência** o acadêmico que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) de cada unidade curricular do curso correspondente.

O aproveitamento escolar do aluno é realizado mediante verificações parciais, a critério do Professor da Unidade Curricular, expressando-se o **RESULTADO FINAL** de cada avaliação, por meio dos seguintes conceitos:

Conceito	Significado	Nota
A	Excelente	9 a 10
B	Bom	8 a 8,9
C	Regular	7 a 7,9
D	Insuficiente (reprovado)	menos de 7

Seguindo os padrões dos cursos de graduação da Faculdade Municipal de Palhoça, será considerado aprovado o aluno que obter conceito mínimo "C" (7,0-7,9), em cada Unidade Curricular e também no Trabalho de Conclusão de Curso.

10. CONCLUSÃO DO CURSO

O acadêmico deve cursar todas as unidades curriculares com aproveitamento mínimo "C", e entregar na Secretaria Acadêmica seu Trabalho de Conclusão de Curso, em formato impresso (2 vias) e digital (CD). A FMP terá 60 dias para divulgar a nota do TCC. Após a divulgação da nota do TCC, o acadêmico deve requerer seu CERTIFICADO junto a Secretaria Acadêmica. Para isso deve providenciar a documentação exigida. A FMP terá o prazo de até 90 dias para emissão do Certificado.

11. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático-pedagógico que será utilizado nas unidades curriculares será de responsabilidade do professor autor das disciplinas em cada módulo. A ele, caberá elaborar apostilas e fornecer material por meio de textos e/ou outros recursos atualizados aos acadêmicos. Além disso, o acadêmico (a) conta com o acervo bibliográfico relacionado ao curso, disponível na biblioteca da FMP.

12. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. ; COIMBRA, M. A. Política social e a questão da pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABREU, M. Descentralização e federalismo. Cadernos Aslegis, Brasília, DF, v. 3, n. 7, p. 30-35, jan./abr. 1999.

ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. et al. (Org.). Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999. p. 61-89.

ABRUCIO, Fernando Luis. Os avanços e os dilemas do modelo pós burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In BRESSER

PEREIRA, Luis Carlos & SPINK, Peter (Orgs.) Reforma do Estado e administração pública gerencial, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 173-200, 1998.

Acesso em: 16 ago. 2007.

administração. São Paulo: Pioneira, 1997.

AGUILAR, M.J. ; ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Caderno de pesquisa. n. 77, 1991, p. 53-61.

ALVES, Sérgio. Revigorando a cultura da empresa: uma abordagem cultural das mudanças nas organizações na era da globalização. São Paulo: Makron Books, 1997.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho et al. Fundamentos de ética empresarial e econômica. São Paulo:

- Atlas, 2001.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATKINSON, Philip. Criando mudança cultural. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BARNEY, Jay B; HESTERLY, William. . Administração estratégica e vantagem competitiva: casos brasileiros cedidos pela Central de Cases ESPM. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.
- BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. 2. ed.ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 1992.
- BORGES, M. R. Municipalização do ensino: um desafio para a democratização do ensino fundamental? Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente, SP, v. 6, n.6, p. 54-62, out. 2000.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos ; SPINK, Peter (Orgs.) Reforma do Estado e administração pública gerencial, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Coord.) Responsabilização na administração pública. São Paulo: Fundap, 2006.
- BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. São Paulo: Campus, 2004.
- CATELLI, Armando, SANTOS, Edilene, S. Mensurando a criação de valor na gestão Pública. 13th Asian Pacific. Conference on International Accounting Issues. Rio de Janeiro, 28-31 de outubro, 2001.
- CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica : planejamento e implantação da estratégia. 2. ed São Paulo (SP): Pearson Education do Brasil, 2005.
- CONTADOR, C. R., Avaliação social de projetos. São Paulo: Atlas, 1981.
- COSTA, Geraldo V. da. Cultura e valores organizacionais. Florianópolis: Insular, 1999.
- da sociedade pós-industrial São Paulo : Atlas, 2002.
- DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia. In: ALVAREZ, Sônia E.; Evelina, DAGNINO, ESCOBAR, Arturo (Orgs). Cultura Política nos movimentos Sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.
- DEGEN, R. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. RJ: McGraw Desenvolvimento Social, fev. 1995. Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, v. 9, n. 24, p. 9-74,
- DE TOMMASI, L. Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo, SP: Cortez, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.
- DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo, SP: Cortez, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.
- DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Orgs.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UNB - 2007.

- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DRUCKER, Peter F. Fator humano e desempenho: o melhor de Peter F. Drucker. 2011.
- EVANS, P. O Estado como problema e como solução. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 28/29, p.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIAMBIAGI, F.; ALEM, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- GIL, Carlos Antonio Gestão de Pessoas. Enfoques Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Política. São Paulo: Cortez, 2002.
- GOMES, C. A.; VERHINE, R. E. O financiamento do ensino público no Brasil: uma perspectiva político econômica. Caderno CRH, Salvador, BA, n. 24/25, p. 193-220, jan./dez. 1996.
- GONÇALVES, R. A. O financiamento da educação: um sistema em desequilíbrio. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, SP, n. 103, p. 14-52, mar. 1998.
- HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- KANT, I. Fundamentos da metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LAMBERT, Douglas M.; STOCK, James R.; VANTINE, José Geraldo. Administração estratégica da logística. São Paulo: Vantine Consultoria, 1999.
- KAMARCK, E. C. Globalization and public administration reform. In: NYE, J. S.; DONHAUE, J. D. (Org.). Governance in a globalizing world. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2000.
- KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000.
- LACERDA, A. C. de (Org.). Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Org.). A era FHC, um balanço. São Paulo: Cultura Associados, 2002.
- LESBAUPIN, I. (Org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LESBAUPIN, I.; MINERO, A. O desmonte da nação em dados. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LANGDON, Ken; OSBORNE, Christina. Como avaliar sua equipe. São Paulo: Publifolha, 2001.
- LE BOTERF, G. Desenvolvendo a competência dos profissionais, Porto Alegre: Artmed,

- MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais.
- MILL, J. S. Utilitarismo. Porto: Porto Editora, 2005.
- MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Gestão pública empreendedora. Secretaria de Gestão. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Brasília julho de 2003.
- MINTZBERG, Henry, Administrando governos, governando administrações. Revista do Serviço Público, ano, 49, numero 04, Out-Dez 1998.
- MUSGRAVE, R. ; MUSGRAVE, P. Finanças públicas. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- no Brasil. Revista Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, v. 9, n. 24, p. 141-156, mai./ago. 1995.
- MENEZES, J. M. F. Descentralização, municipalização: democratização? - a tensão entre centralização da educação na Bahia. Educação e Contemporaneidade : revista da FAEBA, Salvador, BA, v. 8, n. 12, p. 153-182, jul./dez. 1999.
- MENEZES, R. M. Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira. Em Aberto, Brasília, DF, v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001.
- NOGUEIRA, S. M. A. Década de 90, as diretrizes da política educacional e o ensino fundamental: uma abordagem. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 459-473, 2001.
- PLATÃO. A república. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PALAST, G. A melhor democracia que o dinheiro pode comprar. São Paulo: Francis, 2004.
- PENNAFORT, C. G. Desregulamentação e novas resoluções. Rio de Janeiro: IBAM, 1994. Convênio IBAM/IPEA/ENAP.
- PEREIRA FILHO, J. E. A privatização das teles. In: D'INCAO (Org.). O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 273-291.
- PETRAS, J. Armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.
- POMERANZ, Lenina. Elaboração e análise de projetos. 2a ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ROSAR, M. F. F. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p. 165-176, dez. 1999.
- CARVALHO, Maria Isabel Valadão (Orgs). O Estudo da política: estudos selecionados. Paralelo, 15. Brasília, 1999.
- SAITO, Richard; PROCIANOY, Jairo Laser. . Captação de recursos de longo prazo. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, L. M. da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SORJ, Bernardo. A Nova Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUZA, C. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. Dados: revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p.569-592, 1998.

SOUZA, D. B. Globalização: a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões de desigualdade social. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 3-12, maio/ago. 1996.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas e orçamento público: conflito e cooperação. In: BENEVIDES, Maria Victória; KERCHER, Fábio; VANUCCHI, Paulo (Orgs.). 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEBER, M. A política como vocação. In: Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005.

13. DIVULGAÇÃO

A divulgação será por meio de marketing direto juntos aos órgãos da Prefeitura Municipal de Palhoça, comunidade, alunos e ex-alunos dos cursos de graduação, além da divulgação do EDITAL no endereço eletrônico da Faculdade Municipal de Palhoça e da Prefeitura Municipal de Palhoça, e no Mural da FMP.



Msc. Mariah Terezinha Nascimento Pereira
Diretora Executiva



Faculdade Municipal de Palhoça
Núcleo de Pós-Graduação da Faculdade
Municipal de Palhoça

PROJETO PEDAGÓGICO – LATO SENSU

Pós-Graduação MBA- *Master in Business Administration* em Gestão Pública.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Mantenedora

Prefeitura Municipal de Palhoça/SC

1.2 Mantida

Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Diretora Executiva: Msc. Mariah Terezinha Nascimento Pereira

1.3 Histórico

A Faculdade Municipal de Palhoça é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, mantida pela Prefeitura de Palhoça. Foi criada por Lei Municipal Nº 2.182, de 25 de outubro de 2005 e inaugurada em 20 de abril de 2006.

Surgiu a partir da consciência e responsabilidade social da administração 2005/2012 e, por isso destina 80% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas de ensino médio residentes no município, equalizando as oportunidades de ingresso ao ensino superior. Os demais 20% estão disponíveis a qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro, que desejam uma oportunidade no ensino superior.

A instituição desenvolve seus projetos focados nas necessidades e vocação do município. Possui uma estrutura administrativa enxuta, respeitando o orçamento anual destinado por sua mantenedora, a prefeitura local.

Desde 2006, a Faculdade Municipal de Palhoça mobilizou a vida econômica do município e hoje é indiscutível o seu papel no desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade. A economia do município de Palhoça está atrelada à qualidade do ensino da FMP e a qualidade do ensino é assegurada por meio de um corpo docente capacitado em nível de mestrado e doutorado e comprometida com o crescimento do ser humano como um todo.

1.4 Área do Conhecimento

Grande área: Administração

Área específica: Gestão Pública

1.5 Núcleo do Curso

Núcleo de Pós-graduação da FMP

1.6 Local

Faculdade Municipal de Palhoça - FMP

Endereço: Rua João Pereira dos Santos, nº 305 – Bairro Ponte de Imaruim, Palhoça/SC - Telefone: (48) 33410616

1.7 Carga Horária

360 horas aulas presenciais, com 20% em EaD.

60 horas Trabalho de Conclusão de Curso- Artigo Final

Total:420 horas

1.8 Periodicidade

As aulas serão ministradas conforme EDITAL correspondente.

1.9 Vagas

50

1.10 Modalidade

Ensino presencial, com atividades à distância com assistência docente.

1.11 Habilitação

Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em **GESTÃO PÚBLICA**

1.12 Recursos didáticos

Sala de aula com lousa digital, quadro branco e outros recursos didáticos.

1.13 Coordenação do Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Municipal de Palhoça

Prof. Dr.Rafael Dall'Agnol

1.14 Coordenação da Pós-graduação em Gestão Pública:

Prof. Dr.Rafael Dall'Agnol

2. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Gestão Pública no Brasil vem sofrendo profundas transformações, principalmente no que tange ao papel dos Estados e Municípios. Mudanças bruscas na política educacional influenciam de modo sistemático os sistemas municipais; logo, pressupõe-se que haja necessidade de um processo contínuo de reorganização da estrutura educacional.

Dentre estas mudanças ganha destaque os processo de municipalização que vem ocorrendo em diversos setores da administração pública.

Ao dar mais voz aos municípios o próprio estado está reconhecendo a necessidade de implementação de ações locais que visam atender o anseio da sociedade de maneira mais rápida e eficaz.

Este é um ponto importante a ser considerado pelos gestores e participantes de órgãos públicos repensaram no seu modo de gerenciamento. Em resumo, quanto maior for o impacto das mudanças ocasionadas, sobretudo, pelo aumento da demanda e mais escassos forem os recursos, maior capacidade de eficiência, eficácia e efetividade da administração será exigida da Gestão Pública. Vale lembrar que a Gestão Pública deve estar focada em resultados e norteada para o cidadão.

Em outras palavras, a Gestão Pública é uma área de estudo que se preocupa com o futuro direcionamento dos projetos que envolvem o país e com a aplicação dos métodos contemporâneos da administração. Sendo assim, o estudo da referida área propicia aos gestores públicos a repensar nos modelos de gestão de forma criativa.

Diante desse cenário, o curso de **Especialização em Gestão Pública**, nesta Instituição de Ensino Superior (IES), foi criado para atender uma demanda da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC, objetivando a atualização, o desenvolvimento e a qualificação dos seus profissionais, podendo ser ampliado de acordo com as necessidades da estrutura legislativa do município.

É fundamental aos gestores públicos, bem como seus participantes, em atividade ou em fase final de formação acadêmica, independentemente da esfera em que atuam ou venham a atuar futuramente, conhecer a multiplicidade de conceitos e práticas que possam possibilitar a orientação profissional.

O propósito é fazer com que os agentes públicos possam lidar com questões complexas, estratégicas e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis aos desafios emergentes do sistema público atual. Além disso, almeja-se instrumentalizá-los para as diversas áreas do conhecimento oriundas da administração pública, tornando a multidisciplinaridade uma nova possibilidade de atuação, formando-se um corpo comunicante de conhecimentos na área pública.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Fornecer aos gestores e participantes dos órgãos públicos do Município da Palhoça/SC, conhecimentos teóricos e práticos acerca da gestão pública e seus novos modelos, com o intuito de formar profissionais qualificados e atualizados para administrarem as organizações públicas.

3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a gestão pública e os seus respectivos paradigmas;
- Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre a perspectiva da nova gestão pública;
- Estimular o auto-aprendizado, a autonomia e a consciência crítica sobre a temática com a finalidade de explorar a teoria e a prática;
- Preparar e qualificar os gestores e participantes para administrar com eficiência e eficácia as organizações públicas em que atuam;
- Motivar para a constante aprendizagem.

4. PÚBLICO-ALVO

O presente curso de pós-graduação foi desenvolvido para atender a necessidade de profissionais da área pública, ocupantes de cargos de gestão na esfera pública municipal, bem como seus participantes que possuam curso superior completo ou em fase de finalização a título de graduação e licenciatura em diferentes áreas.

4.1 Critérios de Seleção

A inserção dos candidatos na pós-graduação se dará conforme o **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO-FMP**.

5. HABILIDADES ADQUIRIDAS

Pretende-se especializar os profissionais da área pública com conhecimentos e habilidades que possam complementar seus conhecimentos técnicos por meio das disciplinas oferecidas no curso em questão.

Considerando as perspectivas e os pressupostos do serviço público, espera-se que o especialista em Gestão Pública desenvolva as seguintes competências:

- a. Auto-aprendizado, autonomia e liderança;
- b. Aprendizagem social por meio de métodos de comunicação;

- c. Desejo e capacidade de resolver problemas e identificar oportunidades de melhoria;
- d. Capacidade técnica e teórica sobre a Gestão Pública;
- e. Métodos de eficiência, eficácia e efetividade;
- f. Visão sistêmica e estratégica do setor público;
- g. Trabalhar como um agente de mudanças.

6. ESTRUTURA DO CURSO

6.1 Matriz Curricular

A estrutura da matriz curricular da Pós-Graduação em GESTÃO PÚBLICA será segmentada em 10 unidades curriculares de 36 horas, conforme **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO-FMP**, perfazendo um total de 360 horas, de acordo com a Resolução CNE-CES_01-2007 do Conselho Nacional de Educação, mais 60 horas destinadas ao Trabalho de Conclusão do Curso.

6.2 Coordenação do Curso

Prof. Dr. Rafael Dall'Agnol

6.3 Relação de unidades curriculares e ementas

	Disciplina	CH	Ementas
1.	Estado, Governo e Mercado: Interfaces	36	Conceitos básicos. Formação do Estado. Funções e papéis do Município, Estado e União. Relações entre Governo e Mercado. Serviços públicos. Regulação. Estrutura governamental. Atores Públicos. Concepções teóricas sobre as relações entre Estado, Governo e Mercado nas modernas sociedades capitalistas, com foco na Municipalidade.
2.	Modelos de Gestão Pública	36	Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. O novo modelo de Gestão Pública. Áreas de Aplicação de Modelos de Gestão Pública. As características das políticas públicas e o processo de definição, negociação, implementação e avaliação dos elementos estruturantes da análise das políticas públicas. Formação da Agenda Pública. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos.
3.	A municipalização: gestão local.	36	Reforma Estatal. O Município. Unidade Político-Administrativa. Descentralização do Poder. Desconcentração do Poder. Municipalização. Municipalização da Saúde Pública. Municipalização da Segurança e da Gestão do Trânsito. Municipalização da Educação. Efeitos da Municipalização. Impactos econômicos.
4.	Gestão Pública e Sustentabilidade.	36	Sustentabilidade. Dimensões da Sustentabilidade. Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental. Sustentabilidade Social. O desafio da sustentabilidade na gestão pública. Modelos de Gestão Pública Socioambiental.
5.	Planejamento orçamentário e financeiro no setor	36	Enquadramento da Administração e políticas públicas na sua dimensão financeira e orçamentária. A atividade financeira pública, seu enquadramento e relacionamento com outras atividades públicas. Estrutura da Administração Pública financeira – setores, subsetores e instituições financeiras. Etapas do orçamento

	público.		público. Orçamento como Instrumento de Gestão nas Organizações do Setor Público. Controle de Gastos Públicos.
6.	Gestão estratégica no setor público e problemas contemporâneos na gestão pública.	36	Gestão Estratégica na Administração Pública - Alinhamento estratégico. Conceitos, críticas e evolução do Planejamento Estratégico. Planejamento Situacional. Planejamento Estratégico. Componentes do Planejamento Estratégico. Identificando oportunidades no setor público. Gestão pública contemporânea. Principais desafios que se colocam às políticas públicas.
7.	Licitações e Contratos Públicos	36	Diretrizes e instrumentos que regem a administração de materiais, patrimônio e serviços. O processo licitatório na administração pública. Lei 8.666/93; Lei Complementar 123/06 e alterações; Lei 15.608/07, Lei 10.520/02- Pregão. Lei de Responsabilidade Fiscal. Contratos Públicos desempenho.
8.	Gestão por competência no Setor Público.	36	O desafio da gestão de recursos humanos no setor Público. Políticas e estratégias para gestão por competências. Competência multifuncional e interdisciplinar. Gestão de desempenho. O perfil do gestor público. Formação de equipes de gestão. Evolução da função gerencial. Anti Nepotismo. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. O papel social do gestor público.
9.	Empreendedorismo e captação de recursos na administração pública.	36	Empreendedorismo no setor público. Perfil do gestor público empreendedor. Empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Planejamento e estratégia para captação de recursos. BNDES. Agentes financeiros internacionais. ONU. PNUD. Banco Mundial. Terceiro Setor. Parceira Público Privada.
10.	Elaboração de projetos e políticas públicas.	36	Estudo das políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos políticos. Elementos constitutivos da estrutura e do gerenciamento de projetos. Metodologia de gerenciamento de projetos do PMI (Project Management Institute consolidada no PMBoK - Project Management Body of Knowledge). Técnicas e conceitos de avaliação de projetos no setor público. Avaliação da qualidade intrínseca de projetos. Estrutura de financiamento e aporte de recursos de distintas fontes. Consistência econômico-financeira e estrutura de gastos. Retorno de investimento e valor público gerado. Avaliação de riscos e do impacto de projetos. Oficina de Projetos.
	TCC / Artigo	60	Etapas do processo de pesquisa; revisão de literatura; definição de problema de pesquisa; elaboração de objetivos de pesquisa; pesquisa experimental; correlacional; documental; técnicas e métodos de coleta de dados; noções de análise de dados; redação de trabalho de conclusão de curso.
	Total	420	

7. ATRIBUIÇÕES DO PÓS-GRADUANDO E DO PROFESSOR ORIENTADOR DE TCC

7.1 São atribuições do professor orientador de TCC- Artigo Final:

- Auxiliar na definição e na elaboração do tema de estudo do trabalho final do curso;

- b. Manter contato permanente com o pós-graduando orientado enquanto este estiver matriculado no curso, fazendo cumprir o prazo para a conclusão do curso;
- c. Examinar, orientar, emitir pareceres sobre o TCC;
- d. Auxiliar o pós-graduando na definição das teorias guia para o trabalho final.

7.2 São atribuições do pós-graduando:

- a. Desenvolver as disciplinas dos módulos propostos pelo Curso de Pós –Graduação Especialização em Gestão Pública;
- b. Obter conceito igual ou superior a “C” em todas as disciplinas cursadas e no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- c. Escolher uma área de estudo para o Artigo Final, que esteja em consonância com os objetivos do Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública;
- d. Estabelecer os contatos necessários com o professor orientador para a definição do tema e problema do Artigo, e para a orientação quanto à elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.

8. CRONOGRAMA ACADÊMICO

Este cronograma está sujeito a modificações:

- **INÍCIO:** Março de 2017
- **CONCLUSÃO:** Julho de 2018: conclusão das disciplinas.
Março de 2019: prazo máximo para entrega do TCC na Secretaria Acadêmica.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação obedecerá ao **REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO DA FMP**, como segue:

Será considerado aprovado **em frequência** o acadêmico que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) de cada unidade curricular do curso correspondente.

O aproveitamento escolar do aluno é realizado mediante verificações parciais, a critério do Professor da Unidade Curricular, expressando-se o **RESULTADO FINAL** de cada avaliação, por meio dos seguintes conceitos:

Conceito	Significado	Nota
A	Excelente	9 a 10
B	Bom	8 a 8,9
C	Regular	7 a 7,9
D	Insuficiente (reprovado)	menos de 7

Seguindo os padrões dos cursos de graduação da Faculdade Municipal de Palhoça, será considerado aprovado o aluno que obter conceito mínimo "C" (7,0-7,9), em cada Unidade Curricular e também no Trabalho de Conclusão de Curso.

10. CONCLUSÃO DO CURSO

O acadêmico deve cursar todas as unidades curriculares com aproveitamento mínimo "C", e entregar na Secretaria Acadêmica seu Trabalho de Conclusão de Curso, em formato impresso (2 vias) e digital (CD). A FMP terá 60 dias para divulgar a nota do TCC. Após a divulgação da nota do TCC, o acadêmico deve requerer seu CERTIFICADO junto a Secretaria Acadêmica. Para isso deve providenciar a documentação exigida. A FMP terá o prazo de até 90 dias para emissão do Certificado.

11. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático-pedagógico que será utilizado nas unidades curriculares será de responsabilidade do professor autor das disciplinas em cada módulo. A ele, caberá elaborar apostilas e fornecer material por meio de textos e/ou outros recursos atualizados aos acadêmicos. Além disso, o acadêmico (a) conta com o acervo bibliográfico relacionado ao curso, disponível na biblioteca da FMP.

12. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. ; COIMBRA, M. A. Política social e a questão da pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABREU, M. Descentralização e federalismo. Cadernos Aslegis, Brasília, DF, v. 3, n. 7, p. 30-35, jan./abr. 1999.

ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. et al. (Org.). Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999. p. 61-89.

ABRUCIO, Fernando Luis. Os avanços e os dilemas do modelo pós burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In BRESSER

PEREIRA, Luis Carlos & SPINK, Peter (Orgs.) Reforma do Estado e administração pública gerencial, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 173-200, 1998.
Acesso em: 16 ago. 2007.
administração. São Paulo: Pioneira, 1997.

AGUILAR, M.J. ; ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Caderno de pesquisa. n. 77, 1991, p. 53-61.

ALVES, Sérgio. Revigorando a cultura da empresa: uma abordagem cultural das mudanças nas organizações na era da globalização. São Paulo: Makron Books, 1997.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho et al. Fundamentos de ética empresarial e econômica. São Paulo:

Atlas, 2001.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 1998.

ATKINSON, Philip. Criando mudança cultural. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARNEY, Jay B; HESTERLY, William. . Administração estratégica e vantagem competitiva: casos brasileiros cedidos pela Central de Cases ESPM. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. 2. ed.ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 1992.

BORGES, M. R. Municipalização do ensino: um desafio para a democratização do ensino fundamental? Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente, SP, v. 6, n.6, p. 54-62, out. 2000.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos ; SPINK, Peter (Orgs.) Reforma do Estado e administração pública gerencial, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Coord.) Responsabilização na administração pública. São Paulo: Fundap, 2006.

BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. São Paulo: Campus, 2004.

CATELLI, Armando, SANTOS, Edilene, S. Mensurando a criação de valor na gestão Pública. 13th Asian Pacific. Conference on International Accounting Issues. Rio de Janeiro, 28-31 de outubro, 2001.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica : planejamento e implantação da estratégia. 2. ed São Paulo (SP): Pearson Education do Brasil, 2005.

CONTADOR, C. R., Avaliação social de projetos. São Paulo: Atlas, 1981.

COSTA, Geraldo V. da. Cultura e valores organizacionais. Florianópolis: Insular, 1999.
da sociedade pós-industrial São Paulo : Atlas, 2002.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia. In: ALVAREZ, Sônia E.; Evelina, DAGNINO, ESCOBAR, Arturo (Orgs). Cultura Política nos movimentos Sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.

DEGEN, R. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. RJ: McGraw Desenvolvimento Social, fev. 1995. Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, v. 9, n. 24, p. 9-74,

DE TOMMASI, L. Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo, SP: Cortez, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo, SP: Cortez, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Orgs.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UNB - 2007.

- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DRUCKER, Peter F. Fator humano e desempenho: o melhor de Peter F. Drucker. 2011.
- EVANS, P. O Estado como problema e como solução. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 28/29, p.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIAMBIAGI, F.; ALEM, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- GIL, Carlos Antonio Gestão de Pessoas. Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Política. São Paulo: Cortez, 2002.
- GOMES, C. A.; VERHINE, R. E. O financiamento do ensino público no Brasil: uma perspectiva político econômica. Caderno CRH, Salvador, BA, n. 24/25, p. 193-220, jan./dez. 1996.
- GONÇALVES, R. A. O financiamento da educação: um sistema em desequilíbrio. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, SP, n. 103, p. 14-52, mar. 1998.
- HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- KANT, I. Fundamentos da metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LAMBERT, Douglas M.; STOCK, James R.; VANTINE, José Geraldo. Administração estratégica da logística. São Paulo: Vantine Consultoria, 1999.
- KAMARCK, E. C. Globalization and public administration reform. In: NYE, J. S.; DONHAUE, J. D. (Org.). Governance in a globalizing world. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2000.
- KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000.
- LACERDA, A. C. de (Org.). Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Org.). A era FHC, um balanço. São Paulo: Cultura Associados, 2002.
- LESBAUPIN, I. (Org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LESBAUPIN, I.; MINERO, A. O desmonte da nação em dados. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LANGDON, Ken; OSBORNE, Christina. Como avaliar sua equipe. São Paulo: Publifolha, 2001.
- LE BOTERF, G. Desenvolvendo a competência dos profissionais, Porto Alegre: Artmed,

- MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais.
- MILL, J. S. Utilitarismo. Porto: Porto Editora, 2005.
- MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Gestão pública empreendedora. Secretaria de Gestão. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Brasília julho de 2003.
- MINTZBERG, Henry, Administrando governos, governando administrações. Revista do Serviço Público, ano, 49, numero 04, Out-Dez 1998.
- MUSGRAVE, R. ; MUSGRAVE, P. Finanças públicas. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- no Brasil. Revista Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, v. 9, n. 24, p. 141-156, mai./ago. 1995.
- MENEZES, J. M. F. Descentralização, municipalização: democratização? - a tensão entre centralização da educação na Bahia. Educação e Contemporaneidade : revista da FAEEBA, Salvador, BA, v. 8, n. 12, p. 153-182, jul./dez. 1999.
- MENEZES, R. M. Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira. Em Aberto, Brasília, DF, v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001.
- NOGUEIRA, S. M. A. Década de 90, as diretrizes da política educacional e o ensino fundamental: uma abordagem. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 459-473, 2001.
- PLATÃO. A república. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PALAST, G. A melhor democracia que o dinheiro pode comprar. São Paulo: Francis, 2004.
- PENNAFORT, C. G. Desregulamentação e novas resoluções. Rio de Janeiro: IBAM, 1994. Convênio IBAM/IPEA/ENAP.
- PEREIRA FILHO, J. E. A privatização das teles. In: D'INCAO (Org.). O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 273-291.
- PETRAS, J. Armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.
- POMERANZ, Lenina. Elaboração e análise de projetos. 2a ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ROSAR, M. F. F. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p. 165-176, dez. 1999.
- CARVALHO, Maria Isabel Valadão (Orgs). O Estudo da política: estudos selecionados. Paralelo, 15. Brasília, 1999.
- SAITO, Richard; PROCIANOY, Jairo Laser. . Captação de recursos de longo prazo. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, L. M. da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SINGER, P. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SORJ, Bernado. A Nova Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUZA, C. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. Dados: revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p.569-592, 1998.

SOUZA, D. B. Globalização: a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões de desigualdade social. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 3-12, maio/ago. 1996.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas e orçamento público: conflito e cooperação. In: BENEVIDES, Maria Victória; KERCHÉ, Fábio; VANUCCHI, Paulo (Orgs.). 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEBER, M. A política como vocação. In: Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005.

13. DIVULGAÇÃO

A divulgação será por meio de marketing direto juntos aos órgãos da Prefeitura Municipal de Palhoça, comunidade, alunos e ex-alunos dos cursos de graduação, além da divulgação do EDITAL no endereço eletrônico da Faculdade Municipal de Palhoça e da Prefeitura Municipal de Palhoça, e no Mural da FMP.



Msc. Maria Terezinha Nascimento Pereira
Diretora Executiva